

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

MST e CUT vão intensificar ações até junho

Para não prejudicar partidos aliados nas eleições, movimentos sociais prometem antecipar mobilizações

Tiago Décimo
SALVADOR

Representantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) avisaram, durante o Fórum Social Mundial Temático Bahia, em Salvador, que vão promover uma série de mobilizações pelo País, de greves a grandes ocupações, ainda no primeiro semestre. Mas vão desacelerar as ações no segundo semestre para não prejudicar os partidos aliados, como PT, PSOL e PSTU, nas eleições.

“Por ser um ano de eleições, tudo o que a gente faria no ano inteiro vai ter de ser feito nos primeiros cinco ou seis meses”, informa o dirigente nacional do MST, João Paulo Rodrigues. “Além disso, é o último ano do governo Lula, que é um governo democrático, mas está deixando para trás promessas que não foram cumpridas.”

Rodrigues destaca também que o movimento planeja fazer campanha grande contra a criminalização dos movimentos sociais. “Nós achamos que vamos ser vítimas de um processo eleitoral e a forma de nos viti-

Setor pretende apressar governo na aprovação de reformas sociais

mar vai ser criminalizando nossa luta, como fizeram em Iaras”, diz, referindo-se à operação da Polícia Civil que, na semana passada, prendeu integrantes e pessoas ligadas ao MST por causa da invasão, em outubro, da Fazenda Cutrale, em Borebi (SP).

Outro tema também foi comum nos encontros e debates promovidos nos dois primeiros dias do fórum na capital baiana: a pressa. Para centrais sindicais e movimentos sociais representados nas mais de cem atividades desenvolvidas no evento, existe um consenso de que o último ano de Lula precisa ser de pressão para aprovar reformas sociais.

A ideia geral é que a eleição tende a ser acirrada e os partidos considerados aliados pelos movimentos sociais podem sair derrotados das urnas. Nessa hipótese, consideram, seria mais difícil manter diálogo com o governo federal. “A gente precisa sair da conversa retórica para ir para a prática”, complementa o presidente da CUT, Arthur Henrique.

A pressa em ver aprovadas mudanças sociais mais profundas relacionadas ao governo federal contagia, também, membros do próprio executivo nacional. O secretário Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho, Paul Singer, foi o primeiro a manifestar as ideias explicitamente durante o fórum, na última sexta-feira, ao defender a nacionalização de instituições financeiras durante a mesa O Sul-Sul como Alternativa. Ontem, foi a vez de o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, declarar que toda propriedade privada precisa ter “função social”. Nos dois casos, a plateia – formada majoritariamente por integrantes de movimentos sociais – aplaudiu.

“Ninguém discute o direito de propriedade, mas está na hora de cobrar a função social da propriedade, para ampliar o número de proprietários do País”, defende o ministro. “Isso tem relação com reforma agrária, com melhores condições de vida e de trabalho para a população. Não podemos aceitar que o direito à propriedade seja maior que o direito à vida e à dignidade humana.”

Para Ananias, o mesmo raciocínio vale para o lucro. “Ninguém duvida que o lucro seja importante, mas ele não pode ser demasiado, não pode ser superior ao bem comum”, avalia. “E isso entra na questão da cobrança de impostos: temos de lutar para que quem tem mais pague mais, quem tem menos pague menos e quem não tem nada não pague nada, para que mais tarde também possa contribuir com a sociedade. Estamos vivendo, no País, um processo de ‘desprivatização’ do Estado.”

Para o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, as reivindicações de todos os setores são legítimas e merecem ser discutidas. “Não temos receio da conversa com os movimentos sociais”, afirma. “Além disso, o presidente Lula nos determinou para, no começo deste ano, apresentar ao Congresso uma proposta de consolidação dos avanços sociais, para que, em forma de lei, eles não possam ser mudados por nenhum outro governo.”

O fórum, que reuniu 10 mil pessoas nos dois primeiros dias, termina hoje. ●



CHOQUE DE REALIDADE - Sem-terra e sindicalistas circularam pela área rica de Salvador, onde foi o evento



A Vale é brasileira e mundial e, por isto, ela tem tanto orgulho de ser a empresa que vai ajudar na restauração do monumento

DIREITOS HUMANOS

Procurador é contra revisão da Lei da Anistia

Em seu parecer, Roberto Gurgel pede que STF considere a abertura dos arquivos militares

BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhou no final da tarde de sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer contrário à revisão da Lei da Anistia, que perdou crimes políticos ocorridos entre 1961 e 1979. Ele, no entanto, defende a abertura dos arquivos oficiais do regime militar (1964-1985). A informação foi divulgada ontem pela assessoria de imprensa de Gurgel.

A revisão da Lei da Anistia foi pedida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em seu parecer em que a improce-

dência da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental da OAB, Gurgel escreve que a Lei da Anistia foi resultado de um amplo debate nacional que contou inclusive com a participação da entidade dos advogados. “Não é possível encobrir o sentido jurídico, político e simbólico da anistia”, ressalta.

No parecer, Gurgel tenta escapar das polêmicas que marcam o debate sobre os crimes ocorridos durante a ditadura militar. “É evidente que reconhecer a legitimidade da Lei da Anistia não significa apagar o passado”, escreve. “Nesse sentido, o estado democrático de

direito precisa posicionar-se sobre a afirmação e concretização do direito fundamental à verdade histórica.”

Ele pede que o STF considere também a legitimidade da abertura dos arquivos militares. “Se esse Supremo Tribunal Federal reconhecer a legitimidade da Lei da Anistia e, no mesmo compasso, afirmar a possibilidade de acesso aos documentos históricos como forma de exercício do direito fundamental à verdade, o Brasil certamente estará em condições de, atento às lições do passado, prosseguir na construção madura do futuro democrático.”

A proposta de revisar a Lei da Anistia para permitir o julgamento de torturadores e executores da época do regime militar divide o governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia que a questão é um assunto do Judiciário. Mesmo com a orientação de Lula para que seus ministros se afastem da polêmica, Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) trocaram ofensas pela imprensa no começo do ano por causa do tema. Vannuchi irritou as Forças Armadas ao sugerir no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos a revogação da Lei da Anistia.

Setores do Planalto avaliam que as declarações de Vannuchi não passam de factóides para encobrir pendências em sua pasta. Assessoros lembram que o ministro nunca apresentou à Advocacia Geral da União (AGU) propostas concretas de ações para punir criminosos da ditadura. O ministro argumenta, por sua vez, que segue a orientação do presidente em não propor ações desse tipo. Vannuchi costuma dizer que “pessoalmente” é a favor da punição aos torturadores. ●

LEONENCIO NOSSA

IMPRENSA

‘Estado’ está sob censura há 184 dias

O Estado de S. Paulo não aceitou o arquivamento da ação de autoria do empresário Fernando Sarney que resultou na imposição de censura prévia ao jornal. Na sexta-feira, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira apresentou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) manifestação em que sustenta a preferência do jornal pelo prosseguimento da ação, chegando ao julgamento do mérito.

Desde 31 de julho do ano passado, o Estado está impedido pelo TJ-DF de publicar notícias relativas à investigação da Polícia Federal sobre a atuação do empresário, filho de José Sarney, presidente do Senado. ●